

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- ☐ Tese (doutorado)
☐ Dissertação (mestrado)
☒ Monografia (especialização)
☐ TCC (graduação)

- ☐ Artigo científico
☐ Capítulo de livro
☐ Livro
☐ Trabalho apresentado em evento

☐ Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Adriane F. C. Costa, Flávia C. S. Rodrigues, Izadora M. de F. Meireles, Lau

Matrícula:

2024200304400009,202420030

Título do trabalho:

FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: caminhos para o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 27 / 03 / 2026

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☐ Sim ☒ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente

ADRIANE FERREIRA CARVALHO COSTA

Data: 27/03/2026 13:52:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Catalão

Local

27 / 03 / 2026

Data

Documento assinado digitalmente

FLAVIA CRISTINA SANTOS RODRIGUES

Data: 27/03/2026 14:11:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

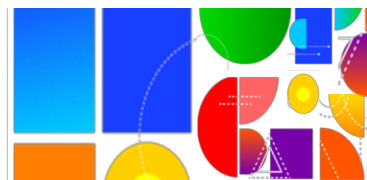
Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
CERFOR



1

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 17 horas e 45 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Marlúcio Tavares do Nascimento (Orientador), Elisângela Leles Lamonier (Membro), Vanderlei Balbino da Costa (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **“FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: caminhos para o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista”**, de autoria do(a) estudante(s) Adriane Ferreira Carvalho Costa; Flávia Cristina Santos Rodrigues; Izadora Martina de Freitas Meireles; Laureane Pereira de Sousa, regularmente matriculado(s) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao(à) estudante(s), foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** do(a) estudante(s), com nota 9,0. Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Marlúcio Tavares do Nascimento
(Orientador/Presidente da Banca)

Elisângela Leles Lamonier
(Membro)

Vanderlei Balbino da Costa
(Membro)



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: caminhos para o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista

TEACHER EDUCATION AND INCLUSION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: Pathways for Supporting Students with Autism Spectrum Disorder

Adriane Ferreira Carvalho Costa¹
Flávia Cristina Santos Rodrigues²
Izadora Martina de Freitas Meireles³
Laureane Pereira de Sousa⁴
Marlúcio Tavares do Nascimento⁵

RESUMO. Este estudo analisa como a formação continuada docente na Educação Profissional e Tecnológica contribui para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo é investigar as estratégias e desafios formativos, destacando o papel dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal Goiano. A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada em análise bibliográfica e documental de normativas como a Lei Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Os resultados indicam que, apesar do suporte legal robusto, as ações formativas destinadas à educação especial inclusiva ainda possuem caráter predominantemente introdutório e sensibilizador, carecendo de subsídios práticos para o cotidiano docente. Indicam ainda a urgência de fortalecer os NAPNEs e promover capacitações contínuas que garantam a permanência e a participação efetiva dos estudantes, reafirmando que toda educação deve ser inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Formação Continuada de Professores. Transtorno do Espectro Autista (TEA). NAPNE.

ABSTRACT. This study analyzes how continuing teacher education in Professional and Technological Education contributes to meeting the needs of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The objective is to investigate formative strategies and challenges, highlighting the role of the Centers for Assistance to People with Specific Needs (NAPNEs) at the Instituto Federal Goiano. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic and documentary analysis of regulations such as the Berenice Piana Law and the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (LBI). The results indicate that, despite a robust legal framework, training initiatives aimed at inclusive special education remain predominantly introductory and awareness-raising in nature, lacking practical support for teachers' daily practices. They also point to the urgency of strengthening the NAPNEs and promoting continuous training to ensure student retention and effective participation, reaffirming that all education must be inclusive.

Keywords: Inclusive Education. Professional and Technological Education (PTE). Continuing Teacher Education. Autism Spectrum Disorder (ASD). NAPNE

¹ Licenciada em Artes Visuais. Esp. em Gestão de Projetos Culturais. E-mail: adrianecarvalho@gmail.com

² Graduada em Pedagogia, Esp. em Atendimento Educacional Especializado, E-mail: mimosdaflavinha@gmail.com

³ Graduada em Medicina Veterinária e Mestre em Tecnologia de Alimentos. E-mail: izadoramartina@gmail.com

⁴ Graduada em Licenciatura em Computação. E-mail: pslaureane@gmail.com

⁵ Prof. Orientador. Graduado em Pedagogia e Mestre em Educação. E-mail: marlucio.nascimento@ifgoiano.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem se consolidado como um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico, oferecendo oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Contudo, a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nesse contexto, apresenta desafios que demandam atenção e estratégias pedagógicas diferenciadas, tais como a ampliação do acesso desses estudantes e a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos modos de aprender. A legislação brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão - LBI), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, visando à autonomia e cidadania plena, preconizam a educação especial inclusiva como um direito, estabelecendo que todos os estudantes, independentemente de múltiplos transtornos ou deficiências, devem ter acesso a uma educação de qualidade. Desse modo, vale pontuar que toda educação, por princípio, deve ser inclusiva, atendendo à totalidade da diversidade humana.

A educação inclusiva é uma exigência ética, legal e pedagógica. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (Inep, 2022), houve um crescimento significativo das matrículas de estudantes com deficiência em classes comuns, o que reforça a necessidade de preparar professores para lidar com a diversidade.

Nesse cenário, a formação continuada de professores emerge como um elemento crucial para a efetivação da inclusão. Professores bem preparados são capazes de identificar as necessidades individuais dos estudantes com TEA, adaptar metodologias, utilizar recursos pedagógicos apropriados e promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante, (Maciel e Evangelista, 2025). A ausência de uma formação congruente pode resultar em práticas excludentes, dificultando o processo de ensino-aprendizagem e a plena participação desses estudantes na EPT.

Autores como Augustinho (2022), ressaltam que a formação docente, seja inicial ou continuada, é crucial para a percepção e prática inclusiva. Freire (1996), destaca que a ausência de postura crítica e diálogo entre professores gera conflitos e abordagens simplistas. Lopes (2018), enfatiza a aprendizagem ativa e a necessidade de renovação contínua da formação docente, pautada em interdisciplinaridade, ética e sensibilidade para a contextualização social e afetiva.

O presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias e os desafios na formação continuada de professores da Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento de estudantes



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

com Transtorno do Espectro Autista. Para tanto, busca-se investigar as políticas públicas que fundamentam a educação inclusiva na EPT, identificar as principais demandas de formação dos docentes e propor reflexões sobre o papel dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nesse processo. A relevância deste estudo reside na contribuição para a construção de uma EPT mais inclusiva, que valorize a diversidade e promova a equidade de oportunidades para todos os seus estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação continuada de professores: fundamentos históricos e perspectivas para o atendimento à diversidade, com ênfase em estudantes com TEA.

A compreensão da diversidade e da EPT exige uma análise, que abarque tanto a trajetória histórica dessa modalidade quanto as teorias pedagógicas contemporâneas. A história da EPT no Brasil remonta a 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas à formação de jovens em situação de vulnerabilidade social. Essas escolas foram a base da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), consolidada em 2008 com a criação dos Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892/2008.

Originalmente, a educação profissional tinha um caráter fortemente tecnicista, voltado à preparação rápida da mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho. Entretanto, a concepção contemporânea busca superar esse reducionismo, propondo uma formação integral que articule trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nesse sentido, a EPT passou a assumir também um papel social, democratizando o acesso à educação de qualidade para jovens e adultos, especialmente oriundos das classes populares e pessoas com deficiência, promovendo mobilidade social e oportunidades de emancipação, (Coelho, 2008).

No entanto, como aponta Frigotto (1998), a educação profissional historicamente também foi marcada por uma lógica subordinada ao capital, priorizando a adaptação ao mercado em detrimento da formação humana integral. O desafio atual da EPT está em equilibrar a demanda técnica com a perspectiva emancipatória, formando cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar na transformação social, e não apenas como força de trabalho treinada.

A educação especial inclusiva, conforme preconizado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), representa um paradigma educacional que visa garantir o direito de todos à educação, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. No Brasil, essa perspectiva foi incorporada à legislação educacional, destacando-se a LDB,

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

a LBI, a Lei Berenice Piana, o Decreto 12.686/2025, e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A PNEEPEI, em particular, orienta a organização dos sistemas de ensino para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação em classes comuns, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a inclusão adquire contornos específicos. A EPT, por sua natureza, busca preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, desenvolvendo competências e habilidades técnicas e socioemocionais. A inserção de estudantes com TEA nessa modalidade de ensino exige não apenas adaptações pedagógicas, mas também consideração das demandas do mercado de trabalho e das possibilidades de desenvolvimento profissional de cada um. Conforme o Ministério da Educação (MEC), a EPT deve ser acessível e oferecer condições para que todos os estudantes possam desenvolver seu potencial, contribuindo para a sua autonomia e empregabilidade (Brasil, 2008).

A inclusão na EPT, portanto, não se restringe à matrícula, mas abrange a garantia de permanência, participação e aprendizagem efetiva. Isso implica em um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, e que conte com profissionais capacitados para lidar com as especificidades de cada estudante.

A formação continuada de professores é um pilar essencial para a implementação de uma educação inclusiva de qualidade. A complexidade da inclusão de estudantes com TEA exige que os docentes possuam conhecimentos teóricos sobre o transtorno, mas também habilidades práticas para adaptar o currículo, as metodologias de ensino e os materiais didáticos. Segundo Imbernón (2009), a formação continuada deve ser um processo reflexivo e contextualizado, que parta das necessidades e desafios vivenciados pelos professores em sua prática pedagógica.

Augustinho (2022) enfatiza que a formação docente deve orientar o professor para uma percepção inclusiva, instrumentalizando-o com didáticas que permitam o alcance dos objetivos curriculares por todos os estudantes. Lopes (2018) acrescenta que esse processo deve ser contínuo, interdisciplinar e pautado pela ética e sensibilidade social, garantindo que as metodologias de ensino se adaptem às necessidades dos educandos.

No contexto da EPT, a formação deve abordar as especificidades da área técnica, preparando os professores para desenvolver atividades práticas e projetos que contemplem as diferentes formas de aprender dos estudantes com TEA. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, a adaptação de equipamentos e a criação de ambientes de trabalho simulados que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento de competências profissionais. No entanto, conforme alerta Gabriel (2006), o papel

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
do professor inclusivo vai além da adaptação de conteúdos: ele deve atuar como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, removendo barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais.

A formação continuada não deve se limitar a cursos e palestras, mas incluir a troca de experiências entre pares, a supervisão pedagógica, a participação em grupos de estudo e a pesquisa-ação. É fundamental que os professores se sintam apoiados e capacitados para enfrentar os desafios da inclusão, transformando suas práticas e contribuindo para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva para todos (Mantoan, 2003).

2.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas Implicações na Aprendizagem

No contexto da EPT, torna-se essencial compreender as especificidades dos estudantes com TEA, considerando os seus direitos e as demandas educacionais que emergem desse público. Nesse sentido, a legislação brasileira desempenha papel fundamental na garantia de acesso e permanência de estudantes no processo educativo. Destaca-se nesse contexto a Lei Berenice Piana, que considera a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, e a LBI, que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, o que exige das instituições de ensino a adoção de estratégias pedagógicas sensíveis às singularidades de comunicação e interação social desses estudantes. (Brasil, 2012)

Outra legislação importante é o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial, reforçando a garantia do direito à educação para estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA. O referido decreto orienta a organização dos sistemas de ensino quanto à oferta de recursos, serviços e estratégias pedagógicas que assegurem o acesso, a permanência e a aprendizagem, evidenciando a necessidade

As implicações do Transtorno do Espectro Autista na aprendizagem são diversas e estão relacionadas às condições de acessibilidade, às mediações pedagógicas oferecidas e às interações estabelecidas nos diferentes contextos educacionais. Dificuldades na comunicação (verbal e não verbal), na interação social, na flexibilidade cognitiva e na regulação emocional podem impactar o desempenho acadêmico e a participação em atividades coletivas. Estudantes com TEA podem apresentar interesses restritos e intensos, o que, se bem direcionado, pode ser uma força no processo de aprendizagem, especialmente em áreas técnicas da EPT.

Para Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano é mediado pela interação social e pela cultura. Nesse sentido, a escola, como espaço de interação e construção de conhecimento, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de estudantes com TEA. A mediação pedagógica, a utilização de estratégias visuais, a rotina estruturada e a clareza nas instruções são elementos que podem favorecer a aprendizagem e a adaptação desses estudantes ao ambiente escolar.



2.3 O Papel dos NAPNEs na Educação Inclusiva da EPT

Os NAPNEs são instâncias criadas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de promover e acompanhar a inclusão de estudantes em todas as especificidades no atendimento, desde deficiências, transtornos até as altas habilidades/superdotação. Sua atuação é multifacetada, abrangendo desde a sensibilização da comunidade acadêmica até o apoio direto aos estudantes e professores.

Entre as principais atribuições dos NAPNEs, destacam-se: a articulação com os setores pedagógicos e administrativos para garantir a acessibilidade; a promoção de ações de formação continuada para docentes e técnicos administrativos; a orientação sobre recursos e tecnologias assistivas voltas ao atendimento especializado; o acompanhamento psicopedagógico dos estudantes; e a mediação entre a instituição, as famílias e a comunidade.

A efetividade dos NAPNEs depende de uma estrutura organizacional sólida, de recursos humanos qualificados e de um planejamento estratégico que contemple as demandas específicas de cada campus. Ao atuar como um centro de apoio e referência, o NAPNE contribui significativamente para a construção de uma cultura inclusiva na EPT, auxiliando os professores a desenvolverem práticas pedagógicas mais eficazes e garantindo que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento profissional (Brasil, 2008).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, buscando compreender as estratégias e os desafios na formação continuada de professores da EPT para o atendimento de estudantes com TEA. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada dos fenômenos estudados, considerando as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes técnicas:

- **Revisão Bibliográfica:** Realizada a partir de artigos científicos, livros, teses e dissertações que abordam os temas de educação inclusiva, EPT, formação de professores e Transtorno Global do Desenvolvimento. A busca foi direcionada a bases de dados acadêmicas, como Scielo, Google Scholar e periódicos da área da educação.

- **Análise Documental:** Foram analisados documentos oficiais, como leis, decretos, portarias e diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e dos Institutos Federais, que regulamentam a educação inclusiva e a atuação dos NAPNE na EPT.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que permitiu a identificação de categorias temáticas emergentes dos materiais

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

coletados. As categorias foram organizadas em torno dos objetivos da pesquisa, buscando evidenciar as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e o papel dos NAPNEs na formação continuada de professores para a inclusão de estudantes com TEA na EPT, analisando documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Foram analisados documentos relacionados à formação promovida pelos NAPNEs das duas instituições, fazendo um recorte temporal de 2021 a 2025.

A pesquisa não envolveu a coleta de dados diretamente de seres humanos, portanto, não foi submetida a Comitê de Ética em Pesquisa. O rigor metodológico foi assegurado pela triangulação de fontes (bibliografia e documentos) e pela análise sistemática dos dados, visando garantir a validade e a confiabilidade dos resultados apresentados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento documental sobre as ações formativas promovidas pelos NAPNEs da Reitoria e dos campi Morrinhos, Rio Verde, Ceres e Ipameri, do IF Goiano foi realizado no período de 2021 e 2025. Posteriormente foi feita uma busca livre sobre os cursos que foram ofertados no mesmo período em modalidade EAD, pelo Instituto Federal de Goiás – IFG.

A análise dos dados revelou um cenário complexo e multifacetado em relação à formação continuada de professores da EPT para o atendimento de estudantes com TEA. Embora a legislação brasileira seja robusta no que tange à educação inclusiva, a sua efetivação no cotidiano das instituições de EPT ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à preparação docente.

A formação continuada de professores para o atendimento a estudantes com TEA na EPT é percebida como um processo essencial, mas que ainda carece de maior estruturação e abrangência. Os professores expressam a necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o TEA, suas características e as implicações para a aprendizagem. De acordo com Diniz (2007) e Mantoan (2003), compreender o TEA significa reconhecer as especificidades dos alunos que apresentam dificuldades no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas, exigindo do professor estratégias inclusivas e adaptadas. A formação ideal deve ir além da teoria, oferecendo subsídios práticos para a adaptação curricular, a elaboração de materiais didáticos acessíveis e a utilização de metodologias de ensino diferenciadas.

As principais temáticas que emergem como relevantes para a formação continuada incluem:

- **Conhecimento sobre o TEA:** Compreensão das características do transtorno, seus diferentes níveis de suporte e as formas como se manifesta no ambiente educacional.
- **Estratégias Pedagógicas Inclusivas:** Desenvolvimento de habilidades para adaptar o



PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
currículo, utilizar recursos visuais, promover a comunicação alternativa, estruturar o ambiente de sala de aula e gerenciar comportamentos desafiadores.

- **Tecnologias Assistivas:** Conhecimento e aplicação de ferramentas e recursos tecnológicos que auxiliem na aprendizagem e na autonomia dos estudantes com TEA.
- **Legislação e Políticas Públicas:** Entendimento das normativas que regem a educação inclusiva e os direitos dos estudantes com TEA.
- **Trabalho Colaborativo:** Fomento à parceria entre professores do ensino regular, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe multidisciplinar e famílias.

A pesquisa também identificou que a formação continuada deve ser contínua, sistemática e contextualizada à realidade da EPT, considerando as especificidades dos cursos técnicos e tecnológicos. A modalidade presencial, com oficinas e estudos de caso é frequentemente apontada como mais eficaz, permitindo a troca de experiências e a aplicação prática dos conhecimentos.

A formação continuada de professores é fundamental para acompanhar as transformações constantes no campo educacional, especialmente diante dos desafios impostos por ambientes cada vez mais complexos e diversos. Segundo Imbernón (2010), formar-se para a mudança e a incerteza exige do profissional da educação a capacidade de atualização permanente, que pode se dar por meio de processos colaborativos, reflexivos e contextualizados à realidade escolar.

A Resolução CNE/CP nº 4 de 2024, reforça a importância da formação inicial e continuada para os profissionais do magistério da educação básica, estabelecendo diretrizes que garantem uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse sentido, a formação continuada não é apenas um complemento à formação inicial, mas um processo indispensável para a prática docente eficaz, especialmente para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2024)

No que diz respeito às estratégias pedagógicas inclusivas, a análise documental e bibliográfica aponta para a importância de abordagens que considerem as particularidades dos estudantes com TEA. A utilização de rotinas visuais, a antecipação de mudanças, a clareza nas instruções e a segmentação de tarefas são práticas que podem facilitar a compreensão e a participação. Além disso, a promoção de atividades que estimulem a interação social de forma estruturada e a valorização dos interesses específicos dos estudantes podem potencializar o engajamento e a aprendizagem. A adaptação de materiais didáticos, a oferta de apoio individualizado e a flexibilização de avaliações são igualmente cruciais para garantir a equidade.

Os desafios na implementação da educação inclusiva na EPT são diversos e interligados. A falta de formação específica dos professores é um dos pontos mais críticos, gerando insegurança e dificuldades na condução do processo de ensino-aprendizagem. A escassez de recursos materiais e

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
humanos especializados, como professores de AEE e psicopedagogos, também compromete a qualidade do atendimento. A resistência de alguns docentes e a falta de sensibilização da comunidade acadêmica em geral são barreiras culturais que precisam ser superadas. Além disso, a infraestrutura física muitas vezes não é totalmente acessível, e a comunicação entre a escola e as famílias pode ser ineficiente.

A atuação dos NAPNEs é reconhecida como um pilar fundamental para a superação desses desafios. Os núcleos desempenham um papel crucial na promoção da formação continuada, na articulação de recursos e na sensibilização da comunidade. No entanto, para que os NAPNEs cumpram plenamente sua função, é necessário que sejam fortalecidos com equipes multidisciplinares qualificadas, recursos financeiros adequados e autonomia para desenvolver suas ações. A colaboração entre os NAPNEs e os demais setores da instituição, bem como com as redes de apoio externas, é essencial para a construção de uma EPT verdadeiramente inclusiva.

A partir do levantamento documental das ações formativas promovidas pelos NAPNEs da Reitoria e dos supracitados campi do Instituto Federal Goiano, no período de 2021 a 2025, foram identificadas 24 formações voltadas a docentes e servidores técnicos, distribuídas entre palestras, minicursos, lives e cursos on-line.

Da sistematização das informações coletadas junto ao IF Goiano, emergiram quatro categorias temáticas principais, que sintetizam as diretrizes e intencionalidades pedagógicas das formações ofertadas:

I. **Formação docente inclusiva:** presente em ações recorrentes sobre práticas pedagógicas inclusivas, planejamento educacional individualizado e educação especial, ofertadas nos campi Ceres, Catalão, Posse, Rio Verde e Trindade, especialmente nos anos de 2023 e 2024.

II. **Atenção à neurodiversidade:** identificada nas formações voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e deficiência intelectual, realizadas de modo presencial e on-line, com destaque para as palestras “Transtorno do Espectro Autista: por que precisamos falar sobre isso?” (2023) e “TDAH e aprendizagem: reconhecendo sinais e promovendo práticas pedagógicas inclusivas” (2025).

III. **Ações afirmativas e políticas de equidade:** expressas nas edições do minicurso “Quem tem direito às cotas? Diálogos sobre ações afirmativas na graduação e pós-graduação”, promovidas em 2022 e 2025, que reforçam o compromisso institucional com a justiça social e a democratização do acesso à educação.

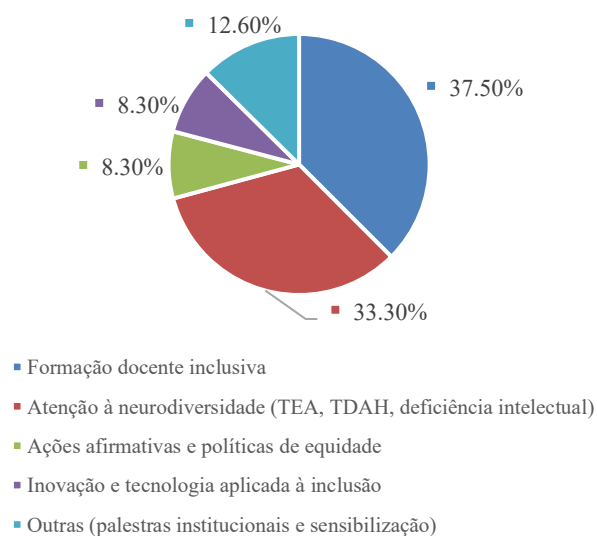
IV. **Inovação e tecnologia na inclusão:** evidenciada nas palestras “Educação Especial e Inteligência Artificial” (2024 e 2025), que aproximam a pauta da inclusão das discussões



PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA contemporâneas sobre uso ético e pedagógico das tecnologias digitais.

A análise revelou uma evolução progressiva das ações formativas: em 2021 e 2022, as atividades apresentavam caráter pontual e introdutório, voltado à sensibilização de servidores recém-ingressos; já entre 2023 e 2025, observa-se uma ampliação temática e metodológica, com destaque para práticas pedagógicas aplicadas, discussões sobre neurodiversidade e consolidação de uma cultura institucional de formação continuada inclusiva.

Gráfico 1 - Distribuição percentual aproximada das formações inclusivas promovidas pelo NAPNE/Reitoria do IF Goiano entre 2021 e 2025.



Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento documental do NAPNE/Reitoria do IF Goiano (2021–2025).

Nota-se a predominância de ações voltadas à formação docente inclusiva (37,5%) e à atenção à neurodiversidade (33,3%), o que demonstra o foco institucional na qualificação dos professores para o atendimento a estudantes com diferentes necessidades educacionais específicas.

Ademais, as ações afirmativas e políticas de equidade (8,3%) e as iniciativas sobre inovação e tecnologia aplicada à inclusão (8,3%) reforçam o compromisso com a atualização pedagógica e a ampliação do debate sobre diversidade e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica. Já as ações institucionais de sensibilização (12,6%) refletem o esforço contínuo do NAPNE em promover cultura de pertencimento e inclusão nos campi do IF Goiano.

O estudo também observou iniciativas ofertadas em outros institutos federais e constatou que a maioria das formações ofertadas cumpre um papel introdutório e sensibilizador, alinhado às políticas públicas de educação inclusiva, porém ainda insuficiente para a capacitação pedagógica

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
efetiva de docentes que atuam diretamente com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os cursos de maior carga horária e os materiais institucionais do IFG, por exemplo, destacam-se por sua fundamentação teórica e compromisso ético, entretanto carecem de maior sistematização prática, avaliação de impacto e integração com experiências pedagógicas supervisionadas.

As capacitações analisadas apresentam, em suma maioria, caráter introdutório e informativo, oferecendo uma visão geral sobre inclusão escolar, mas sem o aprofundamento necessário para subsidiar práticas pedagógicas especializadas. Embora sejam iniciativas válidas para introdução ao tema, faltam elementos essenciais para aplicação prática, como exemplos de estratégias docentes, orientações sobre interação com o NAPNE, ajustes curriculares e programas de atendimento. Além disso, não há tradução efetiva para práticas pedagógicas concretas no contexto do IFG. Dessa forma, o conteúdo é útil como material de apoio inicial, mas insuficiente para garantir qualificação robusta dos profissionais da Educação Básica.

Os resultados desta pesquisa corroboram a literatura existente sobre os desafios da educação inclusiva, especialmente no que tange à formação de professores para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A necessidade de uma formação continuada robusta e contextualizada é um consenso, conforme apontado por autores como Imbernón (2009) e Mantoan (2003). A mera existência de políticas públicas não garante a inclusão; é a prática pedagógica diária, informada e adaptada, que efetiva o direito à educação.

A identificação das temáticas prioritárias para a formação continuada – conhecimento sobre TEA, estratégias pedagógicas, tecnologias assistivas, legislação e trabalho colaborativo – reflete a complexidade do processo inclusivo. Não basta que o professor conheça o transtorno; ele precisa saber como agir, quais ferramentas utilizar e como se articular com outros profissionais e com a família. A EPT, por sua natureza prática e voltada para o mercado de trabalho, exige que essas estratégias sejam aplicadas de forma a desenvolver competências profissionais, e não apenas acadêmicas. A adaptação de currículos e a flexibilização de metodologias são imperativas para que o estudante com TEA possa não só aprender, mas também aplicar o conhecimento em contextos práticos.

No que diz respeito aos resultados da pesquisa, percebeu-se que a teoria sobre TEA nos Institutos Federais (IFs) está ancorada em pressupostos inclusivos, fundamentando-se em documentos oficiais de educação especial e práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e o atendimento às necessidades específicas dos alunos.

Contudo, os avanços teóricos e práticos, enfrentem desafios estruturais e de implementação,

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

a fim de potencializar os resultados positivos, a perspectiva a ser adotada deve ser intersetorial, dialogando com equipes multiprofissionais e promovendo a transversalidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a educação inclusiva como um direito de todos. Bem como, a valorização da voz dos estudantes e famílias, e o acompanhamento sistemático dos processos de aprendizagem.

Do ponto de vista institucional, os resultados apontam que o NAPNE, em articulação com a Reitoria e os campi do IF Goiano, vem atuando como agente estruturante da política de formação docente, respondendo às diretrizes de permanência e êxito previstas pelo MEC (Brasil, 2014; Brasil, 2024). Essa atuação demonstra a materialização do princípio de que a permanência estudantil é um direito, e que sua efetivação depende tanto de condições materiais de acesso quanto da formação humanizadora e inclusiva dos educadores (Minayo, 2012; Gil, 2019).

Apesar dos desafios, a análise revelou que a inclusão é possível e transformadora quando há compromisso institucional e intencionalidade pedagógica. Entre as estratégias observadas e propostas, destacam-se:

I. Troca de saberes e colaboração docente - professores aprendem novas estratégias ao compartilhar experiências com colegas. Essa cooperação aumenta a participação e o desempenho de estudantes, fortalecendo a cultura de acolhimento;

II. Uso de metodologias ativas e colaborativas - além das competências técnicas, é possível desenvolver habilidades socioemocionais como empatia, paciência e trabalho em equipe.

III. Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) - promove currículos flexíveis e elimina barreiras metodológicas. O ensino colaborativo, por meio da parceria entre o professor da disciplina e o de Educação Especial, tem se mostrado eficaz.

IV. Adaptação do meio – o uso de metodologias e recursos apropriados, possibilitam comunicação efetiva. Isso reforça a perspectiva de Mantoan (2015), de que a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos, ao invés de tentar moldar o estudante.

Para fortalecer a aplicabilidade, é essencial aprofundar técnicas específicas de manejo comportamental, adaptação curricular individualizada (PEI) e mediação sensorial. Além disso, a formação deve integrar estratégias diversificadas, incluindo recursos tecnológicos, comunicação alternativa, sem perder de vista a promoção de postura crítica, ética e empática. Desse modo, a qualificação docente deve transcender o domínio técnico, incorporando reflexão crítica e humanização, garantindo práticas pedagógicas inclusivas e centradas na singularidade do estudante.

Os desafios identificados, como a falta de formação específica, a escassez de recursos e a resistência cultural, são barreiras que precisam ser ativamente enfrentadas. A formação continuada, portanto, não pode ser vista como um evento isolado, mas como um processo contínuo de

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

desenvolvimento profissional que promova a reflexão sobre a prática e a construção de novas abordagens. A superação da resistência de alguns docentes, por exemplo, passa pela sensibilização e pela demonstração dos benefícios da inclusão para todos os envolvidos, não apenas para os estudantes com TEA.

Nesse contexto, o papel dos NAPNEs é crucial. Como instâncias de apoio e articulação, eles podem catalisar a mudança, promovendo a formação, mediando conflitos e garantindo a acessibilidade. No entanto, a pesquisa aponta que a efetividade dos NAPNEs está diretamente ligada à sua estrutura e aos recursos disponíveis. Um NAPNE fragilizado não consegue cumprir sua missão, deixando professores e estudantes desassistidos. A colaboração intersetorial e a busca por parcerias externas são estratégias que podem fortalecer a atuação desses núcleos, transformando-os em verdadeiros motores da inclusão na EPT.

A discussão também evidencia a necessidade de uma visão sistêmica da inclusão. Não se trata apenas de adaptar a sala de aula, mas de repensar a instituição como um todo, desde a infraestrutura física até as políticas de avaliação e a cultura organizacional. A inclusão de estudantes com TEA na EPT é um processo contínuo de aprendizagem e adaptação para toda a comunidade acadêmica, exigindo flexibilidade, criatividade e um compromisso inabalável com a diversidade e a equidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica para estudantes com Transtorno do Espectro Autista é um imperativo ético e legal que demanda um esforço contínuo e coordenado de toda a comunidade acadêmica. Este estudo buscou analisar as estratégias e os desafios na formação continuada de professores para esse atendimento, revelando a complexidade e a urgência da temática.

A trajetória desta pesquisa acerca da formação continuada docente para o atendimento a estudantes com TEA no IF Goiano configurou-se como um processo de aprofundamento teórico e reflexão crítica. Ao longo da investigação, evidenciou-se que, embora o Brasil disponha de um arcabouço legal robusto, consolidado pela Lei Berenice Piana, pela LBI e o Decreto nº 12.686/2025, a efetivação do direito à educação ainda encontra barreiras no cotidiano escolar.

Os resultados da pesquisa demonstram que, embora haja avanços na legislação e na conscientização, a prática pedagógica inclusiva ainda enfrenta barreiras significativas. A principal delas reside na formação docente, que muitas vezes se mostra insuficiente para capacitar os professores a lidar com as especificidades do TEA e a adaptar suas metodologias de ensino. A



PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
necessidade de uma formação que combine teoria e prática, que aborde desde o conhecimento sobre o transtorno até o uso de tecnologias assistivas e o trabalho colaborativo, é evidente.

As estratégias pedagógicas que emergem como mais eficazes incluem a estruturação do ambiente, o uso de recursos visuais, a clareza na comunicação, a flexibilização curricular e a valorização dos interesses individuais dos estudantes. A implementação dessas estratégias, contudo, é dificultada pela falta de recursos materiais e humanos, bem como pela resistência cultural e pela ausência de uma infraestrutura totalmente acessível.

Nesse cenário, os NAPNEs desempenham um papel vital. Sua atuação na promoção da formação continuada, na articulação de recursos e na sensibilização da comunidade é fundamental para a construção de uma EPT mais inclusiva. Contudo, para que os NAPNEs sejam efetivos, é imprescindível que sejam fortalecidos com equipes multidisciplinares, recursos adequados e autonomia para desenvolver suas ações.

Considera-se que a efetivação da educação inclusiva na EPT para estudantes com TEA não é uma tarefa simples, mas um processo contínuo de transformação. Ela exige um compromisso institucional com a formação continuada de professores, a adaptação curricular, a garantia de acessibilidade e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade. A pesquisa aponta para a necessidade de investimentos em formação, recursos e apoio aos NAPNEs, visando construir uma EPT que ofereça oportunidades reais de desenvolvimento e inserção profissional para todos os seus estudantes, independentemente de suas condições.

A EPT, quando orientada por uma perspectiva emancipatória, transcende a mera qualificação profissional para o mercado de trabalho e se afirma como um instrumento de transformação social. Nesse cenário, o papel do NAPNE consolida-se como um agente intersetorial, em consonância com a nova PNEEI 2025, que preconiza o trabalho colaborativo como estratégia para a atenção integral, como o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e o uso de tecnologias assistivas que emergem como fundamentais para remover barreiras pedagógicas.

Assim, entendem-se que currículos inclusivos devem integrar saberes técnicos, científicos e culturais, assegurando o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes, ressaltando, que a inclusão na EPT não se restringe a matrícula, mas implica a garantia de condições efetivas de permanência e de aprendizagem plena.

Para consolidar a inclusão e a emancipação, entendem-se que é necessário investir em políticas públicas consistentes, infraestrutura acessível e, principalmente, formação docente. A EPT, ao assumir esse compromisso, fortalece sua missão de preparar pessoas não apenas para o mundo do trabalho, mas para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.



Concluimos este trabalho com a convicção de que este tema não é algo estático ou acabado; as considerações aqui expostas são apenas um ponto de partida para um debate que deve ser permanente. Esperamos que esta pesquisa provoque o desejo de novas práticas mais humanizadas e emancipatórias, reforçando o compromisso de uma educação que não apenas prepara para o mundo do trabalho, mas forma para a cidadania plena, respeitando a singularidade e o potencial de cada estudante autista.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

AUGUSTINHO, A. M. N. et al. **Matrizes do pensamento III: psicologia cognitiva**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4**, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 104, p. 26, 3 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF, 2025.

COELHO, M. I. de M. **Identidades e formação nos percursos de vida de jovens e adultos trabalhadores: desafios ao Proeja** in Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 52 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 65, p. 61-85, dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/?format=pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

GABRIEL, . **A educação inclusiva e as práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora do Brasil, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores: um novo paradigma**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a complexidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-2022>. Acesso em: 11 set. 2025.

LOPES, D. D. et al. **Psicologia e a pessoa com deficiência**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores).

MACIEL, B. de S.; EVANGELISTA, T. da S. **Inclusão em ação**: teorias de Mantoan na Educação Básica. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 37, 1º de outubro de 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/37/inclusao-em-acao-teorias-de-mantoan-na-educacao-basica>

MINAYO, M. C. de S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.